

**DESENVOLVIMENTO DA ÉTICA PROFISSIONAL NOS ESTUDANTES  
DE TRADUÇÃO**

Alicia SILVESTRE MIRALLES

[alicia.silvestre@gmail.com](mailto:alicia.silvestre@gmail.com)

Universidade de Brasília (UnB)

**RESUMO**

A importância da ética na tradução vem sendo frisada por muitos pesquisadores da área longamente, mas só nos últimas décadas, com o desenvolvimento da carreira, tem se dado atenção à necessidade de cultivar um sentido de ética profissional especificamente nos estudantes de tradução e tradutores. O presente artigo visa apresentar uma síntese analítica de algumas propostas didáticas para inserir a ética profissional entre os conteúdos dos estudos universitários de tradução e interpretação, convidando assim a docentes e discentes à ponderação do assunto. Para tanto, toma-se como referência o marco atual do ensino da tradução no Brasil e, seguindo a linha teórica de Mona Baker entre outros, define ‘ética profissional’. Indaga-se no sentido social e de justiça do tradutor, distribuindo as ideias resultantes em aquelas que correspondem ao aluno e aquelas que interessam ao professor. Um breve percurso pela ética tradutora desde os estádios iniciais até o estado da arte da questão nos âmbitos acadêmicos atuais permite resumir as principais tendências teóricas, em especial, aquelas linhas norteadas pelo imperativo premente de incorporar este viés dentro do ensino de tradução. Em essência, o propósito deste trabalho envolve a construção, no aluno universitário, de uma identidade profissional coerente, com sentido crítico, conforme com a legalidade e apta para o mercado internacional. A sugestão não é normativa, mas dinâmica: trata-se de que cada tradutor em cerne elabore sua *própria* ética profissional mediante reflexão, autoavaliação e revisão. Estes métodos se conjugam na hora de considerar as variáveis de cada encargo: qualidade da tradução, tipo de texto, requerimentos do cliente, status profissional, valores éticos, diversidade de mercado e prazos, entre outras. As atividades recavadas abrangem questionários e exercícios em aula, estudo de casos, foros de boas práticas para tradutores, leituras críticas de códigos deontológicos, debates, experiências e pesquisa. As conclusões deixam campo aberto para novas propostas e permitem ter uma visão mais prática e abrangente do problema.

**Palavras-chave:** Tradução; Ética Profissional; Didática.

**ABSTRACT:**

The importance of Ethics in Translation has been highlighted by many translation researchers for a long time, but only in the last decades, thanks to the development of the career, attention has been given to the need of cultivating a sense of professional ethics, specifically in translators and translation students. The current article aims to present an analytical synthesis of some of the existing didactical proposals created to insert professional ethics in the contents of translation and interpretation studies, inviting university teachers and learners to ponder the question. Taking as reference the actual translation teaching frame in Brazil and Mona Baker’s theoretical line, ‘professional ethics’ is defined. After that, I inquire into the justice and social sense in translators, distributing the resulting ideas among those that correspond to the pupil, and those that may interest the teacher. A brief journey through translating ethics from the initial stages until the current academics state permits to sum up the main theoretical tendencies, and to focus specially in those lines guided by the urgent imperative of embodying these contents in translation teaching. In essence, this work’s intention involves the construction

of a coherent professional identity for the university student, so as to develop critical sense and a suitable profile in accordance with the legality and the international market. The suggestion is not normative, but dynamic: it deals with the purpose of each translation learner elaborating his/her *own* professional ethics through reflection, self-evaluation and revision. These methods come together to considerate the variables of each assignment: translation quality, text type, customer requirements, professional status, ethical values, market diversity and deadlines, among others. The activities assembled here include: questionnaires, classroom exercises, case study, best practices forums for translators, critical readings of deontological codes, debates, experiences and research. The conclusions leave open fields to new proposals and give a more practical and wider vision of the problem.

**Key-words:** Translation, Professional Ethics; Didactics.

## 1. INTRODUÇÃO

A ética profissional existe – seja latente, tácita ou explicitada -, desde os inícios da tradução, se bem a profissionalização no passado século XX deu um impulso importante à reflexão sobre o assunto. Hoje os conflitos internacionais derivados da globalização e do livre mercado tornam essa reflexão sobre a ética profissional compulsória para calibrar a abrangência e impacto dos atos tradutórios na sociedade.

Na definição do termo diversos fatores interagem em equilíbrio dinâmico: de um lado a própria ética do tradutor como indivíduo em constante construção e reformulação; de outro, os parâmetros marcados por cada contrato específico (verbal, escrito, tácito) e/ou pelas leis do cambiante mercado. Enfim, as características do texto, da situação comunicativa, as constrições de cada língua e de cada cultura e aquelas nascidas da interação entre elas, são variáveis que se conjugam, condicionam e alteram o modo de traduzir de cada tradutor em cada caso pontual.

No entanto, apreciam-se duas fases que em muitos aspectos se solapam: a ética abraça, no plano geral, virtudes como o honor, a reserva, a discrição, a consciência e a retidão, que vêm regulando as condutas, obrigações, direitos e proibições dos tradutores. Em segundo lugar, a profissionalização criou a necessidade de desenvolver normas como a defesa do estado de direito (artigos das leis), os deveres com o colégio profissional, a dignidade da profissão e os deveres para com o cliente. Que a ‘ética profissional’ não constitua uma instancia unívoca, não impede o desenho de categorias que delimitem melhor o conceito na sua amplitude, sendo conscientes da natureza instável dessas mesmas categorias:

As I have argued elsewhere (Baker, 2009), scholarly research cannot completely avoid drawing on some form of categorization. This is therefore a question of the extent to which we rely on discrete categories in analyzing acts of translation, and to which we recognize and highlight the unstable nature and shifting boundaries of such categories (BAKER, 2010: 4).

A relação entre ética e tradução já foi apontada por Vinay e Dabernet (1958). Jirí Levý (1969 [1963]) destaca a tradução como processo de fazer escolhas. James S. Holmes (1988) trabalha na noção de norma na tradução, como Gydeon Toury (1984, 1995), quem com seu estudo descritivo aponta para a subjetividade e as normas socioculturais como fatores a tomar em conta. Andrew Chesterman (1993, 1994, 1997) considera fundamental a interação entre tradutores, auditórios e colegas tradutores para desenvolver as normas sociais e éticas que governam a comunicação em geral, (1997: 175-86); ele distingue as normas específicas da tradução das normas técnicas que, por sua vez, divide naquelas do produto e aquelas do processo/produção. Correspondem ao que Christiane Nord (1991) tinha denominado convenções de tradução constitutivas, que diferenciam entre tradução e outras maneiras de reescrita, como a paródia ou a adaptação. Toury (1995: 58) fala de normas preliminares ou operacionais. André Lefevere desenvolve a questão com suas contribuições sobre a manipulação ideológica. Com sua visão da ética como prática reflexiva da liberdade, Foucault (1994a e b) acrescenta ao debate um matiz filosófico. Fundamentais são as reflexões de Mona Baker (1992 até hoje) e de Berman (1995), cuja noção de comportamento ético em tradução originariamente (1985) implica dar as boas vindas ao estrangeiro respeitando a letra do texto fonte: “La visée éthique du traduire, justement parce qu’elle se propose d’accueillir l’Etranger dans sa corporéité charnelle, ne peut que s’attacher à la lettre de l’oeuvre” (BERMAN, 1985: 90). Dez anos depois em *Pour une critique des traductions*, afirma que para ser ético o tradutor deve dizer o que vai fazer na tradução e se ater a isso: “Le traducteur a tous les droits dès lors qu’il joue franc jeu [...] Ne pas dire ce qu’on va faire (par exemple adapter plutôt que traduire (ou faire autre chose que ce qu’on a dit, voilà ce qui a valu à la corporation l’adage italien traduttore traditore, et ce que le critique doit dénoncer durement” (BERMAN, 1995: 93). O tradutor pode até omitir pedaços do texto fonte, acrescentar passagens ou produzir frases muito distantes do texto fonte sempre que tenha avisado antes (BERMAN, 1995: 93).

Segundo Berman, a tradução só deixa de ser ética quando se desenvolve em um ambiente de inverdade, ou seja, o caráter ético da tradução reside num certo respeito ao original, mas a ética do traduzir é ameaçada pela não-veracidade, quando as manipulações são apagadas, silenciadas; em consequência, o adágio italiano *traduttore traditore* é fruto de que, em uns casos, o tradutor não disse o que ia fazer (p. e. adaptar mais do que traduzir), ou em outros, fez alguma coisa diferente do que tinha dito (BERMAN, 1995: 93). Dessa maneira, a dimensão ética (e a qualidade) da tradução se manifesta não só na transparência do texto traduzido respeito do original, mas, sobretudo, na explicitação da teoria e da estratégia assumidas e na revelação do método de trabalho.

Um mais recente ponto de inflexão no estado da arte foi o *Juramento Jeronímico* de Andrew Chesterman (2001) que articula o compromisso dos tradutores profissionais frente a valores necessários, com vistas a promover comportamentos éticos no exercício da profissão como: lealdade com a profissão, entendimento e compreensão, verdade, clareza, fiabilidade e veracidade de seus textos, justiça e busca da excelência (CHESTERMAN 2001: 152-153).

Outras contribuições relevantes são as de García Yebra (1994, 1999), Venuti (1998), Anthony Pym (1999, 2001a), Meschonnic (2007), Pym, Shlesinger, & Simeoni (2008), e mais recentemente Gertrudis Payás (2004-2012). Contudo, a bibliografia é ainda relativamente escassa e não proporcional à sua importância. No Brasil o assunto tem alcançado cotas de interesse; assim o demonstram trabalhos de profundidade como Frota (2004), Oliveira (2005 e 2006), Castro (2007) e Julia Lobato (2007).

O convite a incluir a ética nos estudos de tradução tem, portanto, um percurso relativamente antigo, mas ainda faltam aplicações docentes específicas na hora de ‘ensinar’ a ética profissional. Encontram-se algumas perguntas práticas sobre a formação do docente em Marilyn Gaddis Rose (1989), respostas focadas ao ensino de segundas línguas em Scheu (1997) e tentativas de prática pós-estruturalista em Genzler (1998), mas apenas artigos como Vidal Claramonte (1998b) e Baker (2011: 4-6) afrontam parcialmente o assunto.

Destarte, o caráter tangencial dos trabalhos em um tema de tal relevância provoca que Baker (2011: 2) se pronuncie sobre a carência de trabalhos. A estudiosa reconhece que os acadêmicos e os educadores devem ainda se engajar plenamente,

advertir aos estudantes sobre potenciais dilemas éticos e encorajar à reflexão sobre esses dilemas como parte de sua formação. Isso supõe que os educadores também devem refletir sobre a ética do ensino e elaborar uma ética específica para ensinar a tradutores e intérpretes. Com efeito, Baker insiste em que, embora se informe à maioria dos estudantes da existência de códigos de prática profissionais, esses tendem a focar nos direitos dos que pagam (clientes) acentuando a necessidade de imparcialidade e fidelidade, mas deixam de lado questões candentes derivadas da globalização. Em resposta, propõe a criação de um fórum aonde se reflita acerca de questões éticas no contexto da educação do tradutor e do intérprete. No âmbito da docência convém cobrir uma ampla gama de contextos de treinamento e tipos de tradução; a grande variedade dos encargos impede que possam ser feitas decisões éticas a priori, - observa-, mas não impede que tais decisões sejam compreendidas e ensinadas como parte crítica e fundamental do próprio trabalho.

Vale recordar que a seleção das estratégias de tradução pode levar aos leitores em uma ou outra direção, e isso produz “sérias implicações éticas” (PYM, 2012: 52), sem esquecer como afirma Christiane Nord que o tradutor possui obrigações éticas não só respeito aos textos (“fidelidade”), mas também às pessoas; autores, clientes, leitores e usuários, todos tem direito à “lealdade” do tradutor (NORD, 1997: 123ss).

García Yebra (1999) põe de relevo que, além de direitos, o tradutor também possui obrigações como a transparência, a responsabilidade, o sigilo e a imparcialidade na relação com o cliente. O respeito da confidencialidade e a guarda do segredo profissional são pilares fundamentais da ética do tradutor, embora, como ele testemunha, possam ser violados em caso de defesa pessoal. Aliás, os graduandos trabalharão em um entorno com menos barreiras comerciais, que incrementa a competitividade entre tradutores e que toma práticas da área dos negócios. Por todos esses motivos o treinamento para a ética de futuros tradutores tem uma importância crescente e torna imprescindível que a docência amostre a variedade existente de relacionamentos com o usuário o destinatário, o uso/função do material traduzido ou o relacionamento com os colegas, aonde também não pode faltar respeito e solidariedade.

Convém analisar três variáveis mais preeminentes: aluno, professor e atividades.

## 2. O ALUNO/TRADUTOR EM CERNE

Com algumas exceções, o enfoque reducionista do ensino no passado século optou por uma alta especialização em certas áreas, em detrimento de uma formação geral básica em todas as matérias, o que impacta intensamente na compreensão textual. Além disso, as gerações formadas sob a era digital e audiovisual são expostas desde muito jovens a grandes quantidades de informação. Precisam fixar parâmetros que permitam filtrar o útil, o urgente, o correto e o pertinente, o verdadeiro e o veraz, pois sem sentido crítico para integrar, relacionar e escolher, o receptor passivo se torna presa fácil do engano. A baixa taxa de leitura e a qualidade díspar e fragmentada dos textos escolhidos empobrecem a linguagem. Vocabulário e conceitos se reduzem dramaticamente. A afirmação seguinte bem pode se estender a alunos de qualquer país,

Nuestro alumno promedio llega a la carrera de traducción sin saber suficientemente las lenguas segundas y con el agravante de que tiene un castellano poco fuerte, que es un problema general. Saben «teveñol», es decir un castellano o un español de televisión, pero no saben un castellano de libro; y ésta es una realidad, con la que tenemos que vivir (PAYÁS *apud* OCHOA, 2010: 224).

O tradutor é um agente importante no contexto cultural da comunidade. Através do projeto que constrói, individual ou coletivamente, ele pode contribuir para a manutenção ou a alteração da identidade cultural do contexto, pautando sua prática em uma ética da igualdade ou da diferença (OLIVEIRA, 2005: 12).

Segundo Beaugrande and Dressler (1981: 182) a mediação linguística (*linguistic mediation*) é “the extent to which one feeds one’s current beliefs and goals into the model of the communicative situation”. Consciente ou subconsciente, a mediação cultural chega a ser uma estratégia de tradução e se define como “the extent to which translators intervene in the transfer process, feeding their own knowledge and beliefs into their processing of a text” (HATIM AND MASON, 1997: 122). O que acontece quando esses “conhecimento e crenças” do tradutor diminuem em quantidade e qualidade ou ainda não alcançaram um grau mínimo de elaboração?

Até que ponto ele é consciente de seu papel de mediador cultural e assume a responsabilidade? Enquanto mediador cultural que dispõe de informação privilegiada, o tradutor precisa integrar no seu currículo formativo conteúdos heterogêneos: estratégias

de negociação, linguagem corporal, discernimento das diversas formas de falácia e das mensagens subliminais, ferramentas para prever ambiguidades linguísticas e conceituais, detecção de implicações e conotações linguísticas para manejar um plausível conflito, saber cultural para entender a inserção da nova informação em contexto, entre outros.

Por outro lado, a tendência dos clientes visa contratar profissionais que cubram funções implícitas além da tradução, como a autoedição e revisão do texto. O tradutor deve estar ao dia dos eventos e da terminologia na própria área e outras, manter um registro adequado dos pedidos, ter um sistema contável fiável e ordenado e ser capaz de assegurar um bom serviço aos clientes. Pressupõe-se que tem organizada uma base de dados de clientes, que faz seguimento dos próprios pagamentos e trabalhos pendentes e que coloca datas de expiração às ofertas e orçamentos. Se o tradutor fatura por palavra ou por linha, estes termos devem ser definidos. Deve-se especificar se a contagem se realiza a partir do texto base ou do texto de destino, quais são as atividades que cobre o trabalho por hora e quando se aplica uma tarifa fixa. Convém conhecer qual é o rateio pessoal de rendimento por hora ou por dia em um tipo de documento dado. A seção administrativa inclui manter o seguimento das aquisições e retirada de equipamentos do local de trabalho e livros de referencia, com vistas às taxas de propriedade e negocio. As concessões são poucas: não aceitar trabalhos que não possamos fazer de maneira excelente e a tempo, ou traduzir somente para a própria língua. Em conjunto, a ética envolve a qualidade no resultado, que vai além da adequação de termos e que inclui a execução dos indicadores acima mencionados.

Em consequência, para o desenvolvimento de uma ideologia tradutora conjugam-se o estudo teórico e a prática profissional. O tradutor se depara com problemas imprevisíveis no conteúdo, mas também no pagamento, na relação com o cliente, nos formatos, nos prazos, nas diferenças culturais, no uso de glossários e memórias de tradução fornecidas pelas agências e grandes corporações ou nos requerimentos dos planos de qualidade das empresas. Todas estas condições não constituem um código deontológico e raramente são ensinadas, mas supõem restrições importantes a respeitar e cumprir.

Em resumo, no sentido de formar tradutores com uma identidade profissional coerente e ética, não basta com aduzir princípios como honestidade, boa fé, qualidade,

conduta, confidencialidade, dignidade, fidelidade, honradez, lealdade, prestígio, respeito, responsabilidade, secreto profissional ou solidariedade, que são, sem dúvida, muito louváveis, mas se faz pertinente em cada caso a definição do que é “politicamente correto” em cada cultura dominante, porque isso determina a labor do tradutor e/o intérprete. De fato, ele se vê sujeito aos limites impostos a sua tarefa de mediação cultural por parte dos poderes executivos, portanto, conhecer os limites da norma conceitualmente permitirá usá-la com flexibilidade e justiça, sem riscos. Em síntese, a responsabilidade inclui conhecer as normas para que o saber adquirido se torne poder consciente.

Nesta linha, as atividades sugeridas por Baker não são normativas, mas perseguem fazer consciente o inconsciente/subconsciente, isto é, analisar as crenças de base para construir ao seu redor novos conhecimentos e ferramentas, à medida que o aluno avança. Payás destaca a reflexão como qualidade chave de um bom tradutor,

Una reflexión, sobre todo un compromiso con las lenguas, con todas y no solamente con las mayoritarias, un compromiso ético, con el devenir de tu propia lengua, o sea, saber cómo está la salud de tu propia lengua, si es una lengua que se está dejando asediar demasiado por las otras, por el inglés, etc., saber en qué modo está siendo asediada; me explico, es un actuar ético, una responsabilidad que tenemos ante nuestra lengua, ante nuestra cultura, somos agentes culturales, es decir, un perfil de un profesional más completo (PAYÁS *apud* OCHOA, 2010: 223).

Anthony Pym, Gertrudis Payàs, Ribeiro e Valentín García Yebra coincidem em que a responsabilidade está na base da ética. Baker e Maier (2011: 1) a denominam “*accountability*”. A ética da responsabilidade “é aquela que se aplica na política ou, melhor dizendo, é aquela que vale, sobretudo, para quem age politicamente” (RIBEIRO, 2004: 66). Isso supõe que o tradutor não é anônimo, que a tarefa tradutora compromete ao tradutor mesmo sem ele querer. Ele deve assumir a responsabilidade e obrar em consequência. Diante dessa realidade, qual é a função do professor?

### 3. O PROFESSOR E A SALA DE AULA

A importância da ética na formação dos tradutores não passou despercebida pelos pesquisadores da área que em seguida se manifestaram apontando a necessidade



de que o treinamento do tradutor incluía: “*profound understanding of professional ethics*” (BROMBERG & JESIONOWSKI, 2010, apud BAKER & MAIER, 2011: 2).

Nem visões simplistas nem afãs de categorizar contribuem positivamente à discussão no caso da tradução. Não há uma “ética” que possa ser ensinada, assim como não há normas universalmente válidas, mas existe, sim, uma série de estratégias que podem auxiliar na tomada de decisões, sem esquecer que ditas estratégias constituem recursos para atingir um fim, mas não são soluções definitivas.

Convém introduzir as negociações sobre a tomada de decisões tradutoras (um conceito mais abrangente do que “escolhas léxicas”) dentro da sala de aula, seja entre os alunos que entre os professores que, segundo Toury, devem estar implicitamente dispostos a capitular. Para introduzir a ideia de que em tradução há vários modos de proceder e nunca há uma única opção legítima, recomenda analisar muitas traduções existentes, antigas e contemporâneas, tomando em conta a posição desses textos na cultura meta. Podem-se ainda aplicar os princípios retóricos conforme aparecem, para testar sua funcionalidade (TOURY, 2004: 322-323). Este autor conclui afirmando que é preciso que se formem tradutores que violem as normas tradutoras, não como um fim em si mesmo, mas como um meio para abrir o olhar dos alunos à diversidade de modos de tradução, já que de acordo com um conjunto ou outro de normas todos podem ser legítimos.

A tarefa do docente de tradução se centraria, portanto, em que os futuros profissionais desenvolvam a habilidade de trabalhar na sociedade, quaisquer que sejam suas escolhas ideológicas, mas é fundamental, como defendem Baker e Maier, “desenvolver critérios de avaliação que focam na qualidade do raciocínio e a reflexão, mais do que na decisão final alcançada” (2011: 7; tradução minha).

The literature on ethics, like most of the literature on translation and interpreting, has traditionally assumed that translators and interpreters are primarily responsible to their clients, or the author of the source text in the case of literary translation in particular. But as Boéri and de Manuel Jerez, and Gill and Guzmán, argue in this volume, translators and interpreters have an ethical responsibility to the wider community and to humanity, over and above their responsibility to clients and authors. To what extent should our training prepare students to act responsibly as citizens, rather

than merely as professionals? And can the two be separated? (BAKER e MAIER, 2011: 7).

Tomadas estas precauções, o que pode ser feito desde o âmbito do ensino da tradução? Gideon Toury dá varias indicações concretas: de um lado, se teria que animar aos alunos para que reajam diante da produção de seus companheiros, inclusive que a avaliem por sim mesmos. De outro lado, na questão das escolhas léxicas e outras decisões do tradutor o lema implícito “nós sabemos mais” deveria ser substituído por “todo tem seu preço”, de maneira que os alunos pudessem calibrar por sim mesmos o que é que se perde ou ganha com cada decisão, o quê terão que sacrificar, se as vantagens superam os inconvenientes, ou se há algum outro comportamento possível nesse equilíbrio entre perda e ganho na cultura receptora. Nesse sentido cobra total relevância a divisão de Pym entre *error* (gramaticalmente incorreto) e *mistake* (estilisticamente inadequado), como polos que graduan o permissível e variam em cada encargo.

No que tange à qualidade, é preciso deslindar o difuso limiar entre a “adaptação” (inclusão ou omissão consciente de elementos na tradução por parte do tradutor, com vistas a uma maior aproximação do conteúdo original) e a “manipulação”, isto é, qualquer forma não respeitosa com o principio de equilíbrio e que transige com a noção de perda dos conteúdos do texto original. Quando na subtração se produz uma perda significativa ou se omite intencionalmente pode-se cair na censura e na desvirtuação. Na perda incluem-se não só as omissões conscientes, mas também a prevaricação, a confusão, a incapacidade pessoal ou a invenção. Quando a paráfrase é uma substituição ou permutação, entra nos limites da tradução, mas se a paráfrase constitui um “*addendum*” criativo sobre cimentos pré-existentes, já estamos no campo da adaptação e nem todos os textos suportam esse nível de modificação.

O tradutor se torna então um mecanismo interpretativo que produz uma elaboração afim a uns objetivos ideológicos pré-determinados. Os tradutores tem a liberdade de adaptar-se ou se opor ao sistema. A introdução de obras traduzidas altera o cânon e sua orientação. Antigamente era a figura do mecenas, como beneficiário principal da tradução, quem tentava preservar a estabilidade do sistema social. Hoje em dia esta figura vem sendo substituída pelo interesse econômico das forças demandantes. A aceitação de um patrocínio supõe que os tradutores trabalhem dentro de umas

limitações fixadas por outros e aceitas por eles. Em raras ocasiões é permitido ao tradutor negociar essas limitações (REDONDO OLMEDILLA apud GÓMEZ RAMOS: 230-234).

Nesse estágio temos o auxílio da deontologia. Segundo o professor Juan Carlos Suárez Villegas (2001: 44), ela tem por objetivo estabelecer umas pautas a priori a fim de garantir que os bens administrados não sejam questionados por interesses particulares ou por simples falta de diligência no modo de atuar. Para isso insiste na necessidade de definir vários conceitos: convenção, norma, regras, valores (*values*), acordo (*agreement*), conduta (*behaviour*) apropriada ou não apropriada e instruções de atuação (*performance instructions*).

Os tradutores são considerados responsáveis das consequências de sua conduta e, portanto, devem refletir cuidadosamente sobre como suas decisões, textuais e não-textuais, causam impacto na vida de outras pessoas. Em consequência, se faz necessário que numerosos códigos de prática e ensinamentos em sala de aula reduzam seu desajuste entre a desafiante realidade e o *ethos* profissional de neutralidade e não-compromisso ensinado tradicionalmente, pois sua abstração deixa aos tradutores com a sensação de desconforto ou desorientação e lhes cega às consequências de suas ações.

Com o intuito de direcionar a questão da coerência com princípios internos e a argumentação correspondente (*accountability*), os educadores precisariam se engajar muito mais diretamente com o assunto da ética e integrá-la explicitamente no currículo. Precisam oferecer aos tradutores e intérpretes em formação os meios conceituais para refletir sobre os vários temas e situações com que eles poderão se confrontar na vida profissional, especialmente com aqueles que em princípio acham moralmente reprováveis, sem cair na indiferença, na rigidez nem em abstratos códigos deontológicos. E assim, construir uma ética própria, flexível, questionadora, adaptável.

Mais especificamente, convém que os professores alertem aos alunos das implicações éticas de comportamentos que podem considerar rotineiros ou não problemáticos, e que por isso não causam, em princípio, um desafio desde um ponto de vista moral. Todas as decisões que eles tomem como profissionais terão potencialmente implicações éticas. A reflexão crítica sobre uma conduta significa examinar os próprios valores, se tornando mais consciente seja reafirmando-os criticamente, seja submetendo-os a revisão periódica.

O professor de tradução, enfim, pode cobrir com matérias e leituras que subsanem os vácuos conceituais e reafirmem as estruturas de conhecimento que cada aluno traz como bagagem. Não basta com fornecer os conteúdos linguísticos e culturais e as informações básicas do que existe em torno à ética profissional; deve-se principalmente fomentar a capacidade de refletir e modificar as assunções automáticas, dotar de mecanismos para procurar por essas informações ou de criá-las, se for preciso. O objetivo é que, quando o momento chegar, o tradutor conte com a suficiente destreza para decidir com consciência e compromisso e aprender com humildade dos próprios erros, melhorando continuamente. O ensino deve capacitar para tomar decisões consequentes, razoadas, argumentadas; pode contribuir a questionar e, se for o caso, se desfazer das crenças falsas ou assumidas inopinadamente. Neste sentido, dois tipos de atividades apresentam vantagens: o estudo de casos e o role-play, pois promovem a reflexão, desenvolvem a empatia e a iniciativa, e ajudam a se posicionar em situações de conflito. Vejam-se a seguir mais algumas.

#### 4. PROPOSTA DE ATIVIDADES

Para Baker (2011: 4-5) as atividades fora e dentro da sala de aula podem ser desenhadas para proporcionar três tipos de oportunidade:

- a. Fornecer aos estudantes ferramentas conceptuais para razoar criticamente sobre as implicações de cada decisão.
- b. Capacitar aos estudantes na identificação de estratégias potenciais que podem ser utilizadas para lidar com situações comprometedoras ou eticamente difíceis.
- c. Desenvolver um conjunto de ferramentas pedagógicas disponíveis para a criação de um ambiente aonde os estudantes possam tomar decisões éticas inseridas em contextos reais, ensaiar as implicações de tais decisões e aprender dessas experiências de maneira segura.

As propostas didáticas se inclinam pelo debate em sala de aula, o ensaio crítico, o role play, as tarefas de tradução simuladas, os diários de estudantes e o aprendizado por entorno *Moodle*. Pode-se fazer uso ainda do estudo de casos, para encorajá-los a refletir sobre seu próprio papel como profissionais e como cidadãos, de maneira concreta. Um repertório possível incluiria:

1) Estudo de casos. Apresentam-se uma serie de situações delicadas, reais ou inspiradas na realidade e se propõem diversas soluções, nem sempre conciliadoras, com diversos graus de “ética”.

2) Consulta, leitura e comparação dos principais conteúdos dos códigos deontológicos como o do SINTRA (<http://braziliantranslated.com/sintrape.pdf>) ou do Rio de Janeiro (<http://www.atprio.com.br/documentos/codigo-de-etica.pdf>), para reflexão e elaboração de próprios argumentos a favor ou em contra.

3) Pesquisa em foros de tradutores, em grupo ou individualmente.

4) Fóruns online, grupos de notícias (*newsgroups*), listas de correio (*mailing lists*), blogs, e comunidades virtuais.

5) Boas (e más) práticas, como as do programa LISA para tradução automática (cf. [http://www.translationoptimization.com/papers/DillingerLommel\\_MT\\_BPG.pdf](http://www.translationoptimization.com/papers/DillingerLommel_MT_BPG.pdf) e <https://ot2009.files.wordpress.com/2009/05/5-lisa-best-practice-guide.pdf>).

6) Ferramentas para a Gestão do trabalho: gestão do tempo, gestão dos clientes, gestão dos recursos (hardware, software, material de referência, memórias, glossários, etc.).

7) Ferramentas para a resolução de problemas.

8) Comunicação com empresas de tradução e outros clientes:

a. Antes do trabalho: preços, orçamentos, adjudicações, etc.

b. Durante o trabalho: expectativas, instruções, dúvidas, etc.

c. Depois do trabalho: avaliação *ad hoc*, reclamações, resolução de conflitos (arbitragem), etc.

9) Questões fiscais e contabilidade.

10) “*Peer review*”, ou escrutínio mútuo.

11) Qualidade e normas de qualidade em tradução (EN 15038: 2006).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As indagações apresentadas neste artigo mostraram a conveniência de criar propostas de atividades didáticas voltadas para a ética para a sala de aula. Em particular, a elaboração de um banco de boas práticas amostra-se altamente útil, pois um número de casos suficiente proporcionaria uma base para uma ampla gama de exercícios e

permitiria incluir o treinamento ético no currículo de maneira efetiva. Poderá ser objeto de apresentação em futuros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

- BAKER, M.; MAIER, C. (Eds). Ethics and the Curriculum: Critical Perspectives, Special Issue of *The Interpreter and Translator Trainer*, V.5, N.1, p. 1-14, 2011.
- BEAUGRANDE, R. A. D.; DRESSLER, W. *Introduction to Text Linguistics*, London & New York: Longman, 1981.
- BERMAN, A. La traduction et la lettre ou l'Auberge du lointain. *Les Tours de Babel*, France: Editions Trans-Europ-Repress, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Pour une critique des traductions*. John Donne. Paris: Gallimard, 1995.
- BERMANN, S.; WOOD, M. (Eds.). *Nation, Language, and the Ethics of Translation*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- CASTRO, M. S. *Tradução, ética e subversão: desafios práticos e teóricos*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.
- CHESTERMAN, A. Proposal for a Hieronymic Oath. *The Translator*: v.7, n. 2. Special Issue: The Return to Ethics: p. 139-154, 2001.
- FOUCAULT, M. À Propos de la Généalogie de l'Éthique, *Dits et Écrits. Vol.4: 1980-1988*. Paris: Éditions Gallimard, p. 609-631, 1994a.
- \_\_\_\_\_. L'Éthique du Souci de Soi comme Pratique de la Liberté, *Dits et Écrits. Vol.4: 1980-1988*. Paris: Éditions Gallimard, p. 708-729, 1994b.
- FROTA, M. P. *Tradução e ética*. Comunicação apresentada no III Congresso Ibero-Americano de Tradução e Interpretação, realizado pela UNIBERO - Centro Universitário Ibero-Americano, em São Paulo, 2004.
- GARCÍA YEBRA, V. Derechos morales del traductor, *ABC*, 19 de mayo de 1999.
- \_\_\_\_\_. Los derechos de los traductores, *Meta-Español*, 20 de septiembre de 1999.
- \_\_\_\_\_. Sobre los deberes del traductor, *ABC*, 28 de junio de 1999.
- \_\_\_\_\_. *Teoría y práctica de la traducción*. Madrid: Gredos, 1984.
- GOODWIN, P. Ethical Problems in Translation: Why We Might Need Steiner After All, *The Translator*, n. 16, v.1, 2010, p. 19-42.
- GÓMEZ RAMOS, A. *Entre las líneas. Gadamer y la pertinencia de traducir*. Madrid: Visor, 2000.
- HATIM, B.; MASON, I. *The Translator as Communicator*, London & New York: Routledge, 1997.
- HORTAL ALONSO, A. *Ética profesional de traductores e intérpretes*, Bilbao: Desclée De Brouwer, 2007.
- LOBATO, J. *Aspectos deontológicos y profesionales de la traducción jurídica, jurada y judicial*, Tesis doctoral, Málaga, 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.uma.es/bbl/doc/tesisuma/17114597.pdf>
- MELLO, E. *Subsídios para um Código de Ética na Profissão de Ensinar Línguas*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada) – Universidade de Brasília, 2014.

- MESCHONNIC, H. *Éthique et politique du traduire*. Lagrasse: Verdier, 2007.
- NORD, C. *Translating as a Purposeful Activity. Functionalist Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.
- OCHOA, M. Entrevista a la Doctora Gertrudis Payás, *Mutatis Mutandi*, v. 3, nº 1, 2010, p. 220-225. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/mutatismutandis/article/viewFile/6264/5778>.
- OLIVEIRA, M. C. C. *Ética na tradução, fruto de posturas estéticas e políticas. Sentidos dos lugares*. Anais do Encontro Regional da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Rio de Janeiro: ABRALIC. CDROM, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Escritores brasileiros e a ética da tradução: o caso de Érico Veríssimo. Lugares dos discursos*. Anais do X Encontro Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Rio de Janeiro: ABRALIC. CD-ROM, 2006.
- PAYÀS, G. *Ética para tradutores*. Disponível em: <http://xcastro.com/etica.html>.
- PAYÀS, G. *La responsabilidad del traductor ante la lengua: préstamos, "lavado" y liberalismo lingüístico*. Disponível em: <http://www.xcastro.com/responsabilidad.html>.
- PYM, A. *Online papers and books*. Disponível em: <http://www.fut.es/~apym/on-line/online.html>.
- \_\_\_\_\_. *Pour une éthique du traducteur*. Ottawa: Presses de l'Université d'Ottawa, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Teorías contemporáneas de la traducción*. Intercultural Studies Group: Tarragona, 2012.
- PYM, A.; GRIN, F.; SFREDDO, C.; CHAN, A. L. J. *The status of the translation profession in the European Union*. Luxembourg: European Commission. Revised edition: London: Anthem, 2012/2013.
- RIBEIRO, R. J. *Ética, ação política e conflitos na modernidade*. In: MIRANDA, D. S. (Org.) *Ética e cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- SANTOYO MEDIAVILLA, J. C. *Teoría y crítica de la traducción: Antología*, Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 1988.
- TOURY, G. *In search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Los estudios descriptivos de traducción y más allá. Metodología de la investigación en estudios de traducción*. Madrid: Cátedra, 2004.
- VENUTI, L. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Trad. de Laureano Pelegrin et al. Bauru: EDUSC, [1998] 2002.
- VINAY, J. P.; DARBELNET, J. *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier, 1958.